



IMPACTOS DAS VIOLAÇÕES DE DIREITO EM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS

Luanna Lua Sousa Felício
Universidade Federal da Bahia – UFBA - (Brasil)
Endereço eletrônico: luannalua.psi@gmail.com

Carmem Virgínia Moraes da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – (Brasil)
Endereço eletrônico: carmem.virginia@uesb.edu.br

1573

INTRODUÇÃO

Compreendemos, amparados no enfoque histórico-cultural de Vigotski (2012), que as crianças são críticas e têm um papel ativo no seu processo de desenvolvimento, envolvendo, assim, dimensões simbólicas, históricas, sociais e culturais, uma vez que o desenvolvimento é um processo complexo e dinâmico, composto por vários contextos, o que é corroborado por Cruz (2008) quando assegura que

A infância é uma construção sócio-histórica. Nesse sentido, o olhar para a infância brasileira deve ser contextualizado, considerando as várias condições sociais e culturais. Essa concepção permite não falar de infância no singular, uma vez que os diferentes contextos de desenvolvimento propiciam diferentes formas de imersão nas experiências do cotidiano [...]. (CRUZ, 2008, p. 329)

Nesse contexto, identificar nuances sociais, aumentando a percepção e a possibilidade de garantia de direitos das crianças se faz extremamente pertinente. Destarte, foi realizada uma pesquisa pelas autoras deste trabalho com o objetivo de identificar a correlação do desenvolvimento infantil e da hospitalização que advém de um adoecimento. Para compreender como os profissionais psicólogos conseguem dar suporte a essas crianças que tiveram o seu desenvolvimento interrompido, investigamos, com os participantes, aspectos referentes às violações de direito identificadas no lócus de pesquisa, um hospital de médio porte da região sudoeste da Bahia. Portanto, neste texto, temos como objetivo apresentar um recorte dos resultados parciais da pesquisa em andamento, correlacionando elementos que envolvem o desenvolvimento infantil, a prática de profissionais psicólogos no hospital e as violações de direito.



O interesse de investigação sobre esse ponto emergiu a partir de artigos que apresentavam uma análise a respeito da atuação do psicólogo hospitalar diante da vivência de violências/violações de direito praticadas contra a criança que está hospitalizada, incitando em como o profissional deve analisar e pode auxiliar na resolução de tal problemática. A partir desses estudos, confirmamos a necessidade de ampliar a percepção no tocante às violências, uma vez que ponderamos as múltiplas consequências para o desenvolvimento, nos domínios físico, cognitivo e psicológico.

Aprender sentidos e significados dos profissionais psicólogos no tangente à violação de direito de crianças hospitalizadas reflete em um movimento de compreensão e instrumentalização desses profissionais, que, conseqüentemente, ao trabalhar com crianças, poderão levar melhoria e/ou redução de prejuízos no seu desenvolvimento. Isso reflete, ainda, de forma particular um movimento de luta e resistência que vai de encontro às violências silenciadas na sociedade.

Temos ciência de que o adoecimento ou hospitalização é, muitas vezes, compreendido como uma ruptura nos padrões esperados do desenvolvimento e que, ao ocorrer durante a infância, costuma ser acompanhado conjuntamente de sentimentos mais negativos, como medo, angústia, desconforto, afinal, levará essa criança para uma nova realidade. (SACCOL; FIGHERA; DORNELES, 2007; MITRE; GOMES, 2007).

Ao ponderarmos, ainda, sobre a pandemia da Covid-19, identificamos mais modificações no que diz respeito ao desenvolvimento infantil, de modo que esse cenário mundial, por si só, causou impactos grandiosos para as crianças. Ao longo dos estudos realizados foi perceptível o quanto a infância passou a ser negligenciada e afetada por vivências de violência. Podemos afirmar que, à medida em que houve o isolamento social, afastamento das relações sociais e acadêmicas, elementos que poderiam proporcionar uma vivência mais saudável para crianças foram distanciados, o que dificultou a identificação de possíveis situações de violência.

Entre os elementos importantes para vivência mais saudável, podemos citar, como exemplo, as interações entre pares, a prática do brincar e, até mesmo, a presença de figuras como professores no cotidiano da criança. Quanto a esses últimos, os ressaltamos como peças fundamentais na identificação de violências, pois, conforme menciona Vagliati (2015)

— Mesmo que o/a aluno/a não fale, os/as professores/as capacitados poderão escutar seus gritos silenciosos e, intervir nessa situação, contribuindo inclusive para o melhor acompanhamento e compreensão



dos processos cognitivos e psíquicos da criança e do adolescente violentados. (VAGLIATI, 2015, p.12)

METODOLOGIA

A pesquisa em desenvolvimento foi sendo desenhada a partir da Pesquisa-Intervenção, como uma especificação da Pesquisa Qualitativa, que tem cunho exploratório-descritivo. Para tanto, inicialmente o projeto de pesquisa, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde (PPGPS – UFBA/IMS-CAT), foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE nº 40328620.0.0000.5556), ao passo em que foi realizada uma Revisão Integrativa de Literatura sobre a atuação do psicólogo em pediatria hospitalar, com intuito de embasar a pesquisa de campo.

Ao decorrer da pesquisa, foram realizados contatos com o lócus de pesquisa e realizada entrevista semiestruturada com quatro (04) participantes/psicólogos atuantes no hospital. A partir da coleta, para análise de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo em uma vertente qualitativa, seguindo a proposta de Aguiar e Ozella (2013), que envolve a identificação de pré-indicadores, indicadores e a construção de núcleos de significação para análise de significados e sentidos do objeto da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Revisão Integrativa de Literatura, foram identificadas dez (10) temáticas em comum aos vinte e oito (28) artigos selecionados e analisados. Entre elas, uma das temáticas foi representada por “Violações de direitos”, que se centra como nosso foco de discussão neste texto.

Nos artigos de Oliveira et al. (2009), Linhares (2016), Cachapuz (2006), Rocha e Ferreira (2006) e Barbosa e Pegoraro (2008) foram explicitados os impactos no desenvolvimento cognitivo, físico e comportamental que as violências provocariam em crianças, de maneira que foram realizadas reflexões a respeito do direcionamento ou encaminhamento a ser feito com intuito de proporcionar a garantia dos direitos da criança. Nesse sentido, compilando o que foi trazido pelos autores, chegamos à conclusão de que é necessário que os profissionais psicólogos atuantes com o público infantil conheçam a Constituição Federal de 1988, os direitos das crianças estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as políticas públicas de saúde e da assistência social, uma vez que, diante da articulação de conhecimento que envolve

1575



essas três partes, os psicólogos poderão utilizar o protocolo adequado de notificação e de ações que sejam propulsionadoras a transformar a vulnerabilidade das crianças em situação de violência.

No decorrer da análise dos dados coletados por meio das entrevistas, dois participantes da pesquisa alegaram não haver protocolos específicos no que tange à violação de direitos. Porém, foi mencionado, em alguns momentos, quando referiam-se à atuação da equipe multiprofissional, a necessidade de conhecimento socioassistencial para a adequada articulação e encaminhamento externo para a rede setorial.

Os participantes supracitados explicitaram que, em casos de violação de direitos, o setor de psicologia se responsabiliza pela escuta e acolhimento da criança e que, nos casos de suspeita de abuso, violência física ou sexual, o profissional psicólogo tinha a função de orientar a equipe como deveria proceder com aquela criança, visto que estava inserida em situação de violência. Ou seja, normalmente, a orientação se baseava em ter uma perspectiva mais humanizada com a criança, comunicando todos os procedimentos e/ou manuseios que fossem fazer com ela.

Para além dessas orientações entre equipe, o serviço social se caracteriza como o setor responsável pela comunicação com a rede socioassistencial, quando necessário.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, foi possível notar que os dados obtidos na pesquisa foram convergentes com o encontrado na revisão de literatura. Assim, podemos concluir que os participantes da pesquisa que versaram sobre as violações de direito ressaltaram, de maneira significativa, a parceria entre psicologia e assistência social, avaliando que esta contribui para a garantia do cuidado efetivo ao paciente e à família. Tal dado também foi apresentado nos estudos que enfatizaram a atuação interdisciplinar, entre profissionais atuantes na instituição hospitalar e profissionais externos, atuantes na rede socioassistencial.

Para além da relevância interdisciplinar, também foi encontrada uma convergência no que diz respeito ao acolhimento e ao acompanhamento familiar, uma vez que, ao utilizar o enfoque histórico-cultural (VIGOTSKI, 2012), devemos levar em consideração que não há apenas uma direção em que a vida do indivíduo/criança seguirá, mas acredita-se na relação dinâmica em que um transforma e é transformado pelo outro. Desse modo, ao atuar com o paciente e a família, bem como com a



integração das diversas profissões que atuam com a criança hospitalizada, levamos em conta a dinâmica estabelecida entre os contextos, o que é possibilitado pela mediação que permite a ponte entre as interações. Por fim, ressalta-se a necessidade de um olhar singular e particularizado à criança e às múltiplas infâncias em que ela está inserida, afinal somente assim conseguiremos proporcionar melhorias em suas vidas e a garantia dos seus direitos.

PALAVRAS- CHAVE: Infâncias. Violações de Direito. Hospitalização.

1577

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W.M.J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013.

BARBOSA, P.Z; PEGORARO, R.F. Violência Doméstica e Psicologia Hospitalar: possibilidades de atuação diante da mãe que agride. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p.77-89, 2008.

CACHAPUZ, D.R. Psicologia Hospitalar: Um Olhar Interdisciplinar no Atendimento a Crianças e Adolescentes. **Revista SBPH**, v. 9, n. 2, p. 43-66, 2006.

CRUZ, S.H.V. (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

LINHARES, M.B.M. Estresse precoce no desenvolvimento: impactos na saúde e mecanismos de proteção. **Estudos de Psicologia**, v. 33, n.4, p. 587-599, 2016.

MITRE, R.M.A. & GOMES, R. A perspectiva dos profissionais de saúde sobre a promoção do brincar em hospitais. **Ciência e saúde coletiva**, v. 12, v.5, p. 77-84, 2004.

OLIVEIRA, L.D.B.; GABARRA, L.M., MARCON, C.; SILVA, J.L.C.; MACCHIAVERNI, J. A brinquedoteca hospitalar como fator de promoção no desenvolvimento infantil: Relato de experiência. **Revista Brasileira do Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 19, n.2, p. 306-312, 2009.

ROCHA, A.C.; FERREIRA, E.A.P. Queixas identificadas em crianças e adolescentes atendidos pelo serviço de psicologia pediátrica de um hospital universitário. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.16, n.1, p. 32-48, 2006.

SACCOL, C.S., FIGHERA, J.; DORNELES, L. Hospitalização Infantil e Educação: caminhos possíveis para a criança doente. **Vidya**, v. 24, n. 42, p. 181-190, 2007.

VAGLIATI, A.C. O professor como agente na prevenção e na identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes. **IV SIES – UEM**, 2015. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/638.pdf> Acesso em: janeiro 2022.

VYGOTSKI, L.V. **Obras Escogidas – IV: Problemas de la psicología infantil** (Segunda Parte). Madrid: Machado Grupo de Distribución, (Originalmente publicado em 1932-1933), 2012.

Realização:



Apoio:

